

O conselho, o farol e a maruja (1)

30 JUN 1987

FOLHA DE SÃO PAULO

PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA

Minha posição na vida pública do país foi sempre extrapartidária. Jamais alguém me viu disputando cargo político ou apoiando legenda de partido. E, se é verdade que fui deputado por São Paulo à Constituinte de 1934, igualmente verdade é que não representei qualquer corrente partidária na legenda eleitoral da qual fazia parte meu nome — a “Chapa Única por São Paulo Unido”.

Essa chapa resultava da coligação de todas as forças políticas ou sociais de primeira plana na vida paulista de então. Dessas forças, duas eram de caráter tipicamente partidário, isto é, de um lado o Partido Democrático, que representava mais bem a “intelligentsia” urbana e alguns incipientes grupos laborais de esquerda, e, de outro lado, o velho PRP (Partido Republicano Paulista), mais bem de direita, a qual abrangia a grande maioria da classe dos fazendeiros — os famosos coronéis da Guarda Nacional, frequentemente filhos, e em todo caso quase sempre continuadores dos barões do Império. As correntes de expressão social eram a Associação Comercial, a Federação dos Voluntários, representativa da juventude que se insurgia contra Getúlio Vargas na epopéia de 32, e a Liga Eleitoral Católica.

Atendendo a honroso convite desse partor de figura sacral, hierática e até algum tanto patriarcal que foi o inesquecível arcebispo d. Duarte Leopoldo e Silva, concordei em ser

candidato por esta última — entidade tipicamente extrapartidária —, a qual concentrou sobre mim retumbante votação. Sem embargo dos meus jovens 24 anos, fui o candidato mais votado no Brasil.

Lembro todos esses fatos — sobre os quais pesa até hoje longo e enigmático silêncio — tão-só para não deixar qualquer equívoco sobre o caráter apolítico e extrapartidário de minha longa e ininterrupta presença na vida pública brasileira.

E se assim o marco, é para que nenhuma suspeita de intenção partidária pese sobre quanto passo a afirmar e alvitar no presente artigo.

1. Não há notícia de que, em sua existência quase cinco vezes secular, o Brasil jamais tenha estado em situação tão inçada de paradoxos.

Somos a oitava potência econômica do mundo. Contudo nos encontramos na posição de insolvência mais vexatória. — Nossa rede de comunicações já desbravou, em linhas gerais, todo o nosso território-continente, o que nos proporciona a evidência da imensidade de nossos recursos potenciais e atuais. Entretanto, nem assim arranjam os meios de sair do atoleiro no qual dia-a-dia afundando mais.

— Nas últimas eleições, os dois corpúsculos eleitorais comunistas que respondem pelos nomes de PCB e PC do B, contando com larguíssimo apoio na generalidade dos “mass-media”, tiveram uma votação corporcular e, no entanto, o comunismo

jamais constituiu maior perigo no Brasil. — E, para levar a termo esta lista de paradoxos, todo o Brasil conhece o terrível peso que têm em seu orçamento os gastos com a administração pública, dotada de incontáveis servidores, mas geralmente tida e havida como inoperante, lerdada e terrivelmente inflada. — A par disso, não há quem ignore o peso terrível das empresas estatais que o Poder Público teve a inabilidade e a imprevidência de comprar e constituir na última década do regime militar.

Entretanto, a nada disto se dá remédio. E, em lugar de pagarmos nossas dívidas, só crescemos nossas despesas. A inflação galopa em doida ascensão. Ricos e pobres apertam os cintos, e ninguém sabe do dia de amanhã.

Pior. O governo, a maior parte do PMDB e do PFL, e as bancadas esquerdistas da Constituinte vão abrindo caminho para todo um processo de gastos faraônicos impostos pela implementação de reformas sócio-econômicas ruinosas como a reforma agrária, a reforma urbana e a reforma empresarial.

De outro lado, apesar da crise interna que, ao sopro da Teologia da Libertação e quejandos tufões progressistas, vai assolando, no Brasil e no mundo, a Santa Igreja, a CNBB aplaude eufórica essas reformas organicamente dispendiosas. E se zanga de verdade com a Nova República, quando esta lhe parece insuficiente-

mente rápida com sua marcha para o abismo.

2. Enquanto isso, numa atmosfera de caos marcada pelo pipocar dos insultos, pelo estalido das taponas, e pelas querelas decorrentes das insuficiências dos prazos regimentais, a Constituinte vai reformando o Brasil.

Reformando... Não há setor da vida nacional em que alguém não estremeça, a esta hora, na antevisão dessas reformas que abalam tudo, desde a segurança e incolumidade do Poder Judiciário, que deverá ser intangível, até a integridade e a própria existência da família, ameaçada de deixar de vez, de ser uma realidade, para ficar reduzida a mera ficção literária de mau gosto.

3. Os que me conhecem pessoalmente sabem que não sou queixoso nem pessimista. Se, linhas atrás, incorporei em um só quadro — que é impossível não qualificar de sinistro — tantos fatos conhecidos por todos, não é para lançar ao ar mais lamentação estéril, entre muitas outras que se fazem ouvir hoje em dia, em todos os rincões. Tenho uma sugestão concreta a apresentar ao público. Apresenta ela, pelo menos, o modesto mérito de não ter pretensões a ser uma panacéia. Mas, uma vez aceita e posta em prática, poderá alterar muita coisa. E o que se verá em próximo artigo.

PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA, 78, é professor catedrático da PUC-SP, pensador católico tradicionalista e foi deputado constituinte em 1934.